

OFICINA MAPA INTELIGENTE COM OS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS NO LITORAL DO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO NAS AÇÕES DE CONTROLE VETORIAL

TALLER DE MAPA INTELIGENTE CON AGENTES DE LUCHA CONTRA ENFERMEDADES ENDÉMICAS EN EL LITORAL DE PARANÁ: ESTRATEGIAS PARA EL RECONOCIMIENTO DEL TERRITORIO EN ACCIONES DE CONTROL DE VECTORES

SMART MAP WORKSHOP WITH AGENTS FIGHTING ENDEMIC DISEASES ON THE PARANÁ COAST: STRATEGIES FOR TERRITORIAL RECOGNITION IN VECTOR CONTROL ACTIONS

Michele Cristina Dullius

Neiva de Souza Daniel

Luciana Pavowski Franco Silvestre

Tainá Ribas Mélo

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi relatar a experiência da participação das estagiárias do curso de Saúde Coletiva na oficina sobre territorialização, com a utilização do mapa inteligente, no âmbito da Vigilância em Saúde com os Agentes de Combate às Endemias. Trata-se de um relato de experiência de 2 estagiárias e professores do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da UFPR- Litoral sobre a oficina intitulada O reconhecimento do Território nas ações do controle vetorial, realizada no dia 11 de novembro com envolvimento das Secretarias de Saúde de Matinhos, a Primeira Regional de saúde e a Universidade Federal do Paraná setor Litoral e participação dos Agentes de combate às endemias (ACEs) dos 7 municípios do litoral do Paraná. O roteiro da oficina apresentou 5 momentos, incluindo a apresentação dos mapas inteligentes. As categorias emergentes, com convergências de assuntos foram identificadas pelas observações das estagiárias (diários de campo): educação permanente em saúde e integração ensino-serviço-comunidade, educação em saúde e a participação da comunidade nas ações de controle vetorial, o descarte do lixo inadequado, identificação de especificidades e semelhanças entre os territórios. A realização da oficina mostrou-se viável e contribuiu com a formação profissional, por meio de um processo de organização e sistematização prévia com envolvidos. A oficina com mapa inteligente contribuiu com a Educação Permanente em Saúde dos ACEs de maneira a favorecer um olhar crítico, a integração serviço- ensino- comunidade e identificação de especificidades e semelhanças entre os territórios.

Descritores: Controle vetorial, Endemia, Educação em Saúde, Territorialização da Atenção Primária

ABSTRACT

The main objective of this study was to report the experience of the participation of the interns of the Public Health course in the workshop on territorialization, with the use of the smart map, in the scope of Health Surveillance with the Agents to Combat Endemic Diseases. This is an experience report by 2 interns and professors of the Graduation Course in Public Health at UFPR-Litoral about the workshop entitled. The recognition of the Territory in vector control actions, held on November 11th with the involvement of the Department of Health of Matinhos, the First Health Regional and the Federal University of Paraná, Coastal Sector and participation of Agents to Combat Endemic Diseases (ACEs) of the 7 municipalities of the coast of Paraná. The workshop script had 5 moments, including the presentation of smart maps. The emerging categories, with convergences of subjects, were identified by the observations of the interns (field diaries): permanent health education and teaching-service-community integration, health education and community participation in vector control actions, garbage disposal inadequate, identification of specificities and similarities between the territories. The realization of the workshop proved to be feasible and contributed to professional training, through a process of organization and prior systematization with those involved. The workshop with a smart map contributed to the Permanent Health Education of the ACEs in order to favor a critical look, service-teaching-community integration and identification of specificities and similarities between the territories.

Keywords: Vector Control of Diseases, Endemic Diseases, Health Education, Territorialization in Primary Health Care

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio fue relatar la experiencia de la participación de los pasantes del curso de Salud Colectiva en el taller de territorialización, con el uso del mapa inteligente, en el ámbito de la Vigilancia en Salud con los Agentes de Combate a las Enfermedades Endémicas. Este es un relato de experiencia de 2 pasantes y profesores del Curso de Graduación en Salud Colectiva de la UFPR-Litoral sobre el taller titulado El reconocimiento del Territorio en las acciones de control de vectores, realizado el 11 de noviembre con la participación del Departamento de Salud de Matinhos, la Primera Regional de Salud y el Sector del Litoral de la Universidad Federal de Paraná y participación de Agentes de Combate a Enfermedades Endémicas (ACEs) de los 7 municipios del litoral paranaense. El guión del taller tuvo 5 momentos, incluyendo la presentación de mapas inteligentes. Las categorías emergentes, con convergencias de temas, fueron identificadas por las observaciones de los internos (diarios de campo): educación permanente en salud e integración enseñanza-servicio-comunidad, educación en salud y participación comunitaria en acciones de control vectorial, disposición de basura inadecuada, identificación de especificidades y similitudes entre los territorios. La realización del taller demostró ser factible y contribuyó a la formación profesional, a través de un proceso de organización y sistematización previa con los involucrados. El taller con mapa

inteligente contribuyó a la Educación Permanente en Salud de las ACE para favorecer la mirada crítica, la integración servicio-enseñanza-comunidad y la identificación de especificidades y similitudes entre los territorios.

Palavras-clave: Control de Vectores de las Enfermedades, Enfermedades Endémicas, Educación en Salud, Territorialización de la Atención Primaria.

INTRODUÇÃO

O território, no âmbito da saúde, diz respeito a um espaço delimitado com uma população vinculada a uma determinada área de saúde. Para as equipes da atenção básica, o processo de territorialização é importante, pois se torna uma ferramenta para a localização de eventos de saúde-doença, de unidades de saúde, demarcação de áreas de atuação das equipes e para otimizar as ações de planejamento¹.

Os Agentes de Combates às Endemias (ACE) são profissionais fundamentais para o controle das endemias de diversas doenças, e assim como os Agentes Comunitários de Saúde, trabalham em contato direto com a comunidade e exclusivamente no âmbito do SUS. No litoral do Paraná os ACE trabalham ativamente na prevenção principalmente da dengue, doença endêmica na região. O trabalho de Vigilância em Saúde por meio da territorialização permite potencializar as práticas de promoção, recuperação e reabilitação da saúde, considerando a realidade e as demandas do território adscrito.

Nesse sentido, entender o território permite conhecer e compreender o modo de vida das pessoas, dos grupos e como eles se organizam e se relacionam nesse espaço e nessa perspectiva é importante considerar os determinantes sociais da saúde, ou seja as condições de moradia, trabalho, grau de desigualdade de renda, as áreas de risco físico-natural, como por exemplo os deslizamentos de terra, entre outros¹. Na existência de agravos à saúde e das endemias o processo de territorialização é fundamental para ações de vigilância.

Etimologicamente o termo *endemia* origina do grego clássico “*endemos*”, que significa “originário de um país, indígena”, “referente a um país”². Assim, as doenças endêmicas são as que apresentam características epidemiológicas relacionadas à distribuição espacial, associadas a condições e/ou determinantes sociais ou ambientais específicos³.

Além do território, essa distribuição de doenças pode estar associada a transmissores vetoriais (TV) ou vetores. TV consistem em organismos que podem transmitir doenças infecciosas entre os seres vivos. A maioria dos TV conhecidos são insetos hematófagos, que

ingerem micro-organismos produtores de doença em seres vivos durante a picada. A exemplo disso pode-se citar a dengue, doença endêmica no litoral do Paraná que tem como TV o *Aedes aegypti*. Durante a pandemia de COVID-19 identificou-se aumento da incidência de dengue no litoral do Paraná^{4,5}. Além da dengue, inúmeras outras doenças exigem o cuidado e prevenção para os TV, é preciso estar atento ao território para realizar o combate a tais doenças.

No processo de territorialização o mapa se torna um instrumento utilizado para representar geograficamente o bairro ou o território sob a responsabilidade de uma equipe de saúde. No entanto, o mapa inteligente além de questões geográficas vai elencar outras informações sociais e específicas do território que podem favorecer ou comprometer a situação de saúde-doença da população⁶. Assim os ACE precisam dispor de conhecimento sobre território e TV, sendo que o mapa inteligente torna-se uma ferramenta indispensável ao planejamento de suas ações e ao controle vetorial.

Com a intuito de promover conhecimentos aos ACE o Primeiro Encontro Anti Vetorial do Litoral do Paraná que ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro de 2022 na cidade de Matinhos teve como objetivo reunir os ACE dos sete municípios que compõem a Primeira Regional de Saúde do Paraná, com vistas à educação permanente e troca de experiências entre os profissionais.

O objetivo deste estudo foi relatar a experiência da participação das estagiárias do curso de Saúde Coletiva na oficina sobre territorialização, com a utilização do mapa inteligente, no âmbito da Vigilância em Saúde com os ACE. Os objetivos específicos foram: descrever o processo de elaboração e de realização da oficina e refletir sobre o processo de trabalho dos ACE com o reconhecimento do território nas ações de controle vetorial.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de 2 estagiárias e professores do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da UFPR- Litoral sobre o processo de elaboração e aplicação da oficina intitulada: O RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO NAS AÇÕES DO CONTROLE VETORIAL. O relato de experiência se configura como uma metodologia de observação sistemática da realidade na vivência do estágio supervisionado do curso de

Graduação em Saúde Coletiva e uma estratégia de educação permanente. Para a elaboração da oficina ocorreram dois encontros semanais para discutir a temática e o cronograma proposto.

O cenário da experiência foi com ACE oriundos dos sete municípios do Litoral do Paraná que compõem a 1ª Regional de Saúde do Estado do Paraná: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. A oficina foi realizada no Primeiro Encontro Anti Vetorial do Litoral do Paraná feito pela Secretaria de Saúde de Matinhos, a Primeira Regional de saúde e a Universidade Federal do Paraná setor Litoral, contou com a participação dos profissionais ACE desses municípios e o evento ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro de 2022.

O roteiro da oficina foi dividido em cinco momentos (Figura 1), que serviram para organizar a apresentação de modo sistemático e funcionou da seguinte maneira:

1. Apresentação dos participantes eicineiros;
2. Apresentação sobre o conceito de território, a territorialização e a importância desta no controle de vetores, e a explicação sobre a metodologia proposta do mapa inteligente;
3. Os profissionais ACE se reuniram em mesas com seus respectivos mapas de seus municípios e materiais que foram disponibilizados para confecção destes para discutir e identificar características dos territórios que favorecem ou comprometem o processo saúde doença;
4. Apresentação dos mapas inteligentes (Figura 2) elaborados pelos participantes e debate sobre os principais aspectos identificados, como os equipamentos públicos existentes, as áreas e situações de risco para a ocorrência de maior incidência de contaminação, comentário sobre a importância dos profissionais conhecerem os sistemas e a produção de indicadores de saúde.
5. Diário de campo realizado pelas estagiárias de Saúde Coletiva: anotações dos pontos principais e observações do processo.

Figura 1- Organização esquemática do roteiro da oficina do 1º Encontro Anti Vetorial do Litoral do Paraná (novembro de 2022) - Matinhos-Paraná-Brasil.



Fonte: as autoras (2023).

A oficina foi apresentada de modo sistemático conforme cronograma e teve duração de 50 minutos, os participantes relataram suas experiências e vivências, construíram mapas inteligentes. As estagiárias de Saúde Coletiva anotaram e sistematizaram as informações mais relevantes de maneira a ser possível categorizá-las para análise.

Figura 2 - Fotos da Oficina no 1º Encontro Antivetorial do Litoral do Paraná



Fonte: Acervo das autoras. Imagem editada com desfoque para preservar participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina ocorreu dia 11 de novembro e teve mais de 40 participantes profissionais ACE dos sete municípios do Litoral do Paraná. A oficina propiciou a troca de experiências entre os profissionais, que puderam através das apresentações dos mapas conhecer a realidade dos municípios.

Após análise das apresentações realizadas nas oficinas algumas categorias emergentes com convergências de assuntos foram identificadas pelas observações das estagiárias (através dos diários de campo): educação permanente em saúde e integração ensino-serviço-comunidade, educação em saúde e a participação da comunidade nas ações de controle vetorial, o descarte do lixo inadequado, identificação de especificidades e semelhanças entre os territórios. Todas estas informações serviram de pressupostos para a apresentação dos principais resultados e discussões.

1. Educação permanente em saúde e integração ensino-serviço-comunidade

Por meio das apresentações dos mapas inteligentes, feitos pelos participantes, em concordância com a literatura⁷, ficou evidente que os profissionais ACE podem identificar e intervir oportunamente nos problemas de saúde e doença na comunidade, assim como facilitar o acesso da população às ações e serviços de saúde, além de prevenir doenças. Isso é possível por meio de um olhar crítico para o território, com conhecimento da realidade local a fim de contribuir com o planejamento e definição das prioridades da VS.

Dessa maneira a oficina também se configurou como uma proposta de Educação Permanente em Saúde (EPS) para os ACE. Isso porque a educação permanente em saúde apresenta dois elementos estruturantes primordiais: as demandas específicas do trabalho e o processo crítico relacionado ao trabalho⁸. A EPS objetiva o fortalecimento dos processos de gestão político institucional do SUS, contribuindo com a qualificação e aperfeiçoamento do trabalho dos profissionais a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos, com os problemas enfrentados no dia a dia do trabalho e as experiências desses atores, com base nos questionamentos para produzir mudanças^{9,10}.

É importante destacar que a integração entre os profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e ACE agregam nas ações de controle dos agravos por possuírem vínculo estratégico com as famílias e o território, e podem auxiliar na articulação e adoção de estratégias intersetoriais como programas de educação, assistência social, entre outros⁹.

A necessidade do diálogo constante, articulação e complementaridade de atuação da VS foi mencionada e debatida durante a oficina, ressaltando-se os desafios ainda presentes no trabalho conjunto entre a Atenção Básica (AB) e a VS e estas com as demais políticas públicas presentes no território.

Essa integração entre AB e VS é estabelecida na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) como condição essencial para alcance de resultados que contemplem as necessidades da população de forma integral, considerando os determinantes sociais e riscos à saúde⁹.

Com isso ressaltamos a importância de incluir ofertas de educação permanente para as equipes da atenção básica e VS juntas permitindo a reflexão das práticas e incluir nos processos de formação temáticas abrangentes que permitam o conhecimento do que é a atribuição do outro, além de conteúdos relacionados aos problemas mais comuns da comunidade/território⁹.

Importa destacar a integração entre ensino, serviço e comunidade. Os ACE (serviço) podem representar figura chave na integração serviço-comunidade, pois são os profissionais da VS em contato direto com as pessoas, suas casas, conhecimentos e costumes. Na outra ponta a oficina contou com estagiários e professores da Graduação em Saúde Coletiva da UFPR

(ensino), Secretaria de Saúde de Matinhos e Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (serviços), propiciando articulação serviço-ensino e contribuindo com a formação profissional do Sanitarista de maneira ampliada.

Essa integração permite a inserção do estudante no cotidiano do trabalho favorecendo que futuramente sua atuação seja melhor articulada. Vendruscolo et al (11) apontam, a partir das ideias de Freire, que a integração ensino-serviço-comunidade aproxima a teoria da prática, pois possibilita ultrapassar o âmbito da percepção da realidade para uma esfera crítica da tomada de consciência. Os autores acrescentam ainda que, a integração das instituições por meio do envolvimento ativo dos atores, torna-se condição fundamental para adequação do processo de formação, condizentes com as necessidades do SUS.

2. Educação em saúde e a participação da comunidade nas ações de controle vetorial

Na oficina os participantes ressaltaram, nas apresentações dos mapas, sobre a importância da educação em saúde e a participação da comunidade nas ações do controle vetorial, apontando-a como parte fundamental das estratégias de vigilância e controle de vetores nos territórios.

A educação em saúde se configura como uma prática onde a comunidade participa ativamente, proporcionando informação, educação sanitária e aperfeiçoando as atitudes indispensáveis para a vida, ou seja, ações de educação em saúde numa perspectiva dialógica, emancipadora, participativa, criativa contribui com a autonomia do usuário reconhecendo-o como sujeito de direitos sendo capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade^{8,12}.

A participação da comunidade nas ações de controle dos vetores é uma das temáticas que merece destaque e que foi apresentada durante a oficina pelos participantes. No controle da dengue, por exemplo, é de suma importância tendo em vista que o mosquito, *Aedes aegypti*, pode se reproduzir em todos os tipos de recipientes que são utilizados pelas pessoas nas atividades do dia a dia, como garrafas, embalagens descartáveis, latas, entre outros¹³. Sales (14) pontua que programas onde a comunidade participa das intervenções há significativas mudanças de atitude da população com a diminuição dos criadouros.

Chiaravalloti Neto et al (15) sugerem que, para a participação da comunidade ser efetiva, é necessário substituir a ideia de erradicação pelo controle, assim como os programas devem

ser baseados em estratégias a longo prazo, tendo em visto que o aprimoramento das práticas depende de uma interação permanente e contínua entre serviço e população.

Outro estudo de revisão feito por Dias (16), com o objetivo de identificar estratégias de enfrentamento das arboviroses mediante ações educativas, identificaram estudos que incluíram escolas como locais de intervenções, pois se configura como um espaço de formação cidadã e por ser campanhas que demandam pouco custo e apresentam resultados promissores no combate aos vetores, ressaltando a importância da ampliação das abordagens de enfrentamento às arboviroses em diferentes espaços públicos.

Sendo assim a territorialização deve ser considerada um meio operacional para o desenvolvimento do vínculo entre os serviços de saúde e a população, portanto é necessário estratégias para a articulação e trabalho conjunto entre os setores da saúde e também intersetorial envolvendo outros setores como saneamento, educação entre outros⁹.

3. Descarte do lixo inadequado

Uma questão identificada pelos ACE e apontada nas apresentações dos mapas foi a problemática do descarte de lixo em locais inadequados. O acúmulo de lixo pode contribuir para criadouros de vetores como os mosquitos, assim como também favorece a proliferação de outros vetores como os ratos e aves¹⁷, os quais podem propagar doenças e, na falta de controle das mesmas, surtos, epidemias e até pandemias.

É necessário ressaltar que os resíduos sólidos ocupam papel estratégico na estrutura epidemiológica da comunidade visto que se torna um componente indireto na transmissão de doenças causadas pelos VT¹⁸, e que essa dimensão foi mencionada na oficina, reforçando a necessidade de formação contínua, tanto para oferecer informação como para receber observações da prática da VS.

Nessa perspectiva Sobral et al (19) destacam que a coleta de lixo urbana é uma medida sanitária importante para prevenir a proliferação de doenças transmitidas por vetores, o que ocasiona impacto significativo na redução de doenças como a dengue.

A participação comunitária no manejo do lixo deve ser estimulada pelos ACE, em parceria com a Secretaria de meio Ambiente, estes podem discutir com a comunidade novos destinos para o lixo reciclável e o armazenamento destes. Através da educação ambiental é possível adquirir consciência ambiental, ou seja, uma nova concepção e relação com o meio ambiente, e com isso ajudar a reduzir os vetores que causam doenças¹³.

4. Identificação de especificidades e semelhanças entre os territórios

Outro aspecto relevante observado na oficina é que o mapa inteligente mostrou-se como uma forma facilitadora aos ACE na identificação de especificidades e semelhanças entre os territórios do município.

O mapa inteligente é uma ferramenta que está adstrita à política de territorialização como uma estratégia para a tomada de decisões das ações e serviços da equipe. A partir de uma dimensão espacial, tal ferramenta possibilita monitorar e avaliar indicadores e informações em saúde no âmbito do SUS²⁰, de maneira a retratar a realidade da situação de saúde do local. Conforme Budal et al (21, p.4):

(...) para além da delimitação do serviço e localização de agravos de saúde, equipamentos sociais e áreas de risco, é necessário que o mapa inteligente também seja capaz de retratar a realidade dos espaços e a dinamicidade dos processos saúde-doença.

O mapa inteligente é um instrumento para o planejamento, tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços de saúde, pode apresentar por exemplo o fluxo da população, através das ruas, transportes utilizados assim como também características das moradias e seus entornos como: condições de saneamento básico, presença de esgoto a céu aberto e lixo; as características do espaço urbano como: as ruas as calçadas, praças; as condições do meio ambiente como: desmatamento, poluição e os principais equipamentos sociais existentes no território como: escolas, centros comunitários, clubes, igrejas e outros serviços que as pessoas utilizam²².

Foi debatido na oficina a importância de identificar nos territórios tanto os riscos existentes que podem comprometer a saúde, como também os dispositivos que podem auxiliar na atuação das equipes na prevenção dos vetores como por exemplo as escolas e os centros comunitários.

Essa identificação permite realizar um diagnóstico local para a definição de prioridades, sendo assim os indicadores são fundamentais para compreender a realidade dos territórios, pois permitem estabelecer níveis de saúde que oportunizam a comparação de coeficientes obtidos com a população de outras áreas em outros períodos, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento de uma ação pública ou uma política pública²³.

Compreender os determinantes sociais e seus indicadores se tornam importantes na medida que estes refletem as condições que uma determinada população vive e com isso é possível evidenciar fatores de risco a que a população está exposta, fatores de vulnerabilidade, variáveis socioambientais e demográficas²⁴.

Vale destacar que a territorialização apresenta-se como estratégia central para a consolidação do SUS seja para a reorganização do processo de trabalho em saúde como também reconfiguração do modelo de atenção pautado nos princípios da integralidade, universalidade e equidade e nos princípios organizativos que são: a regionalização e hierarquização, descentralização e Comando único, e a participação popular²⁵.

CONCLUSÃO

Na perspectiva das estagiárias de Saúde Coletiva a realização da oficina mostrou-se viável e contribuiu para a sua formação profissional, por meio de um processo de organização e sistematização prévia com a articulação entre UFPR e Secretaria Municipal de Matinhos, de maneira a permitir que os ACE fossem os atores principais de todo o processo. Identificou-se que a oficina sobre a Territorialização contribuiu com a EPS dos ACE de maneira a favorecer um olhar crítico, ao mesmo tempo que favoreceu a integração serviço-ensino-comunidade. Além disso, por meio do relato desses atores (ACE), percebeu-se que são meios facilitadores a educação em saúde, a participação da comunidade e a interação com outros setores como promotores nas ações de controle vetorial, tendo identificado como uma problemática já trabalhada e a ser aprimorada, a questão do descarte inadequado de lixo.

A realização da oficina e utilização do mapa inteligente mostrou-se como uma forma facilitadora aos ACE na identificação de especificidades e semelhanças entre os territórios.

Por fim, a proposta da oficina também se configurou como uma proposição para a consolidação do SUS, sendo o I Encontro Anti Vetorial do litoral do Paraná, um momento que finalizou com a pactuação da proposta com o envolvimento de outros municípios na organização, com novos encontros e com novas abordagens sobre a temática.

REFERÊNCIAS

1. Gondim GMM, Monken M. Território e territorialização. In: Gondim GMM, Christófaro MAC, Miyashiro GM, organizators. Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade. [Internet] Rio de Janeiro: EPSJV; 2017 [cited 2023 Jan 3]. p. 21-44. Available from: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/39894/T%c3%a9cnico%20de%20Vigil%c3%a2ncia%20em%20Sa%c3%bade%20-%20Territ%c3%b3rio%20e%20territorializa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

2. Rezende JM de. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. Journal of Tropical Pathology [Internet] 1998 [cited 2023 Jan 3]; 27(1). Available from: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/17199>
3. Barata RB. Cem anos de endemias e epidemias. Ciência & Saúde Coletiva [Internet] 2000 [cited 2023 Jan 3]; 5(2):333-345. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200008>
4. Silva JF da, Mélo TR, Bueno RE, Ribeiro Jr E. Vigilância epidemiológica dos casos e da incidência da dengue no litoral paranaense durante a pandemia de COVID-19. Saúde E Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar [Internet] 2020 [cited 2023 jan 3]; 9(Supl.1):105–106. Available from: <https://doi.org/10.24302/sma.v9iSupl.1.3378>
5. Dullius MC, et al. Pandemia de COVID-19 e epidemia de dengue no litoral do Paraná: análise epidemiológica. In: Anais 4th Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável - SBDTS e do 4th Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança – SIDETEG [Internet]; 2023 [cited 2023 mai 5]. Available from: <https://www.even3.com.br/anais/ivsbdts/528251-PANDEMIA-DE-COVID-19-E-EPIDEMIA-DE-DENGUE-NO-LITORAL-DO-PARANA--ANALISE-EPIDEMIOLOGICA>
6. Gondim GMM, Monken M. Territorialização em Saúde. Dicionário da Educação Profissional em Saúde, FIOCRUZ [Internet] c2009 [cited 2023 jan 3]. Available from: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html>
7. Brasil. Manual sobre Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias. Volume 1: Arboviroses Transmitidas pelo Aedes aegypti. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. [Internet] Brasília; 2019 [cited 2023 jan 3]. 90 p. Available from: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_protecao_agentes_endemias.pdf
8. Falkenberg MB, Mendes T de PL, Moraes EP de, Souza EM de. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência e Saúde Coletiva [Internet] 2014 Mar [cited 2023 mar 16]; 19(3):847–52. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>
9. Brasil. Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde [Internet] Brasília; 2018 [cited 2023 jan 3]. 68 p. Available from: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_politica_nacional_atencao_basica_integracao_atencao_basica_vigilancia_saude_modulo_1.pdf
10. Ceccim RB, Ferla AA. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, FIOCRUZ. [Internet] c2009 [cited 2023 mar 10]. Available from: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupersau.html#topo>
11. Vendruscolo C, Silva MT da, Kleba ME. Integração ensino-serviço-comunidade na perspectiva da reorientação da formação em saúde. Revista Sustinere [Internet] 2018 Jan [cited 2023 mar 16]; 5(2):245-259. Available from: <https://www.e-publicacoes.ueterj.br/index.php/sustinere/article/view/30559>
12. Brasil. Caderno de educação popular e saúde. [Internet] Brasília; 2007 [cited 2023 mar 10]. 160 p. Available from: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf

13. Brasil. O agente comunitário de saúde no controle da dengue. [Internet] Brasília; 2009 [cited 2023 mar 12]. 36 p. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agente_comunitario_saude_controle_dengue.pdf.
14. Sales FMS. Ações de educação em saúde para prevenção e controle da dengue: um estudo em Icarai-Caucaia-CE. Ciência e Saúde coletiva. [Internet] 2007 Oct [cited 2023 mar 5]. Available from: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/acoes-de-educacao-em-saude-para-prevencao-e-controle-da-dengue-um-estudo-em-icaraicaucaia/1231>
15. Chiaravalloti Neto F, Fiorin AM, Conversani DT, Cesarino MB, Barbosa AAC, Dibo MR, et al. Controle do vetor da dengue e participação da comunidade em Catanduva, São Paulo, Brasil. Caderno de Saúde Pública [Internet] 2003 Nov [cited 2023 mar 5]; 19(6):1739–49. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600018>
16. Dias ÍKR, Martins RMG, Sobreira CL da S, Rocha RMGS, Lopes M do SV. Ações educativas de enfrentamento ao Aedes Aegypti: revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva [Internet] 2022 Jan; 27(1):231–42. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202271.33312020>
17. Deus ABS de, de Luca SJ, Clarke RT. Índice de impacto dos resíduos sólidos urbanos na saúde pública (IIRSP): metodologia e aplicação. Engenharia Sanitária e Ambiental. [Internet] 2004 Oct [cited 2023 mar 5]; 9(4):329–34. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522004000400010>
18. Siqueira MM, Moraes MS de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. Ciência & Saúde Coletiva [Internet] 2009 Dec [cited 2023 mar 5]; 14(6):2115–22. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000600018>
19. Sobral MFF, Sobral AIG da P. Casos de dengue e coleta de lixo urbano: um estudo na Cidade do Recife, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva [Internet] 2019 Mar [cited 2023 mar 6]; 24(3):1075–82. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.10702017>
20. Armesto LM, Alonso TR, Ortega RAS, Torre LKD, Ribeiro AVG, Baueb JF. et al. O mapa vivo como estratégia de monitoramento das políticas públicas de saúde - uma revisão integrativa. Revista Científica Saúde e Tecnologia [Internet] 2022 Jan 17 [cited 2023 mar 6]; 2(1):e2165. Available from: <https://recisatec.com.br/index.php/recisatec/article/view/65>
21. Budal AMB, Mazza VA, Buffon MCM, Ditterich RG, Jocowski M, Plucheg V. Construção de novo modelo de mapa inteligente como instrumento de territorialização na atenção primária. Revista Baiana de Saúde Pública, [Internet] 2018 Dec [cited 2023 mar 6]; 42(4):727-740. Available from: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2018.v42.n4.a2503> .
22. Biblioteca Virtual em Saúde. Qual o objetivo e como elaborar o mapa do território adscrito pela equipe de saúde da família no contexto da Atenção Básica? [Internet] Santa Catarina: BVS; 2016 Jul 14 [cited 2023 mar 14]. Available from: <https://aps-repo.bvs.br/aps/qual-o-objetivo-e-como-elaborar-o-mapa-do-territorio-adscrito-pela-equipe-de-saude-da-familia-no-contexto-da-atencao-basica>
23. Lavoratti C, Holzmann L. Diagnóstico participativo por territorialização: instrumento de planejamento de políticas de atendimento às crianças e adolescentes. In: Lavoratti C, organizador. Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiência coletiva. [Internet] Ponta Grossa: Ed UEPG; 2007 [cited 2023 mar 14]. 350 p. Available from: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cedca_pr/livro_capacitacao.pdf

24. Lutinski JA, Morschbacher J, Ferraz L Indicadores de saúde associados à ocorrência da dengue em municípios do oeste de Santa Catarina. In: 6th Congresso Internacional em Saúde. [Internet] 2019 [cited 2023 mar 16]. Available from: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conintsau/article/view/10966>
25. Ribeiro MA, Albuquerque IMN, Diniz JL, Bezerra AKB, Bastos IB. Oficina Mapa Vivo na atenção básica: estratégia de planejamento local ao combate ao *Aedes aegypti*. Saúde em debate [Internet] 2017 Jun [cited 2023 mar 16]; 41(spe2):338–46. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S228>